

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
18º CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE PROCURADOR DA REPÚBLICA

Gabarito no final

**GRUPO I - CONSTITUCIONAL, DIREITOS HUMANOS, ADMINISTRATIVO, AMBIENTAL,
TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO**

1. NO PROCESSO LEGISLATIVO, SEGUNDO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

- a) () as leis complementares à Constituição, aprovadas pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, podem dispor sobre qualquer matéria e são sempre hierarquicamente superiores às leis ordinárias, inclusive de competência dos Estados, revogando-as automaticamente nas hipóteses de incompatibilidade;
- b) () afixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, teto de remuneração no âmbito dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do Ministério Público, e da administração pública federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, depende de projeto de lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal;
- c) () as medidas provisórias podem tratar de qualquer matéria, inclusive aquelas reguladas por lei complementar e relativas à organização e garantias dos Poderes e do Ministério Público, desde que mediante delegação do Congresso Nacional, como nas leis delegadas;
- d) () o veto parcial do Presidente da República pode limitar-se a palavras, expressões ou trechos das normas, por considerá-los inconstitucionais ou contrários ao interesse público, mantendo o restante dos artigos, parágrafos, incisos ou alíneas.

2. AS PROPOSTAS DE EMENDA CONSTITUCIONAL:

- a) () não serão sequer objeto de deliberação, se tendentes a abolir quaisquer das cláusulas pétreas;
- b) () poderão ser reapresentadas na mesma Sessão Legislativa, se rejeitadas ou tidas como prejudicadas, mediante assinatura da maioria absoluta dos membros de cada uma das Casas do Congresso Nacional;
- c) () podem ser aprovadas e promulgadas pelo Congresso Nacional, durante intervenção federal, se esta tiver sido por ele decretada nas hipóteses de coação ao Legislativo Estadual;
- d) () serão discutidas e votadas em sessão deliberativa conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em dois turnos, e aprovadas mediante três quintos dos votos dos membros do Congresso Nacional.

3. A CAMARADOS DEPUTADOSE O SENADO FEDERAL:

- a) () somente podem criar comissões parlamentares de inquérito em conjunto, mediante um terço dos votos dos membros do Congresso Nacional;
- b) () podem criar comissões parlamentares de inquérito para apurar, sem prazo definido, irregularidades na administração pública;
- c) () podem criar comissões parlamentares de inquérito, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para apurar fatos indeterminados e por prazo certo;
- d) () podem criar comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, para apuração de fato determinado e por prazo certo.

4. INCUMBE AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

- a) () celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;
- b) () enquanto Chefe de Estado e Chefe de Governo, decretar a intervenção federal nos Estados-Membros, se previamente autorizado pelo Congresso Nacional;
- c) () apresentar ao Congresso Nacional, no primeiro dia da sessão legislativa, as contas gerais da República relativas ao exercício anterior;
- d) () sancionar, promulgar e fazer publicar as leis e emendas constitucionais, bem como expedir decretos e regulamentos para a sua fiel execução.

5. O PODER CONSTITUINTE DERIVADO, SEGUNDO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

- a) () tem limitações apenas materiais, relativas às chamadas cláusulas pétreas, e é exercido pelo Congresso Nacional;

- b) () tem limitações materiais e circunstanciais, não podendo ser exercido a vigência de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio;
- c) () é exercido pelo Congresso Nacional, devendo as emendas constitucionais ser ratificadas pelos Estados-Membros da Federação, antes de sua vigência;
- d) () quando exercido pelos Estados-Membros, para elaboração de emendas constitucionais estaduais, está condicionado à aprovação do Congresso Nacional, sendo, por essa razão, chamado decorrente.

6. O PODER JUDICIÁRIO NO BRASIL:

- a) () é constituído pelo Supremo Tribunal Federal, pelo Superior Tribunal de Justiça e outros Tribunais e Juizes da Justiça Federal, comum ou especializada, e da Justiça Estadual, sendo todos os seus membros provenientes da magistratura de carreira, com ingresso mediante concurso público;
- b) () tem dotações orçamentarias e créditos abertos, a ele consignados para pagamento de precatórios judiciais, que podem ser pagos em parcelas anuais, iguais e sucessivas, no prazo de dez anos, inclusive os créditos de pequeno valor e os de natureza alimentícia;
- c) () é o guardião das liberdades públicas e do Estado de Direito, incumbindo-lhe, como representante do povo brasileiro, dedicar-se à atividade político-partidária, para promover o desenvolvimento econômico e a Justiça Social;
- d) () tem autonomia administrativa e financeira e a seus membros são asseguradas garantias e impostas vedações, para preservar a independência e a isenção, como guardiães da Constituição e das leis do País.

7. O CONTROLE JURISDICIONAL DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL:

- a) () é exercido apenas pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento de ações diretas de inconstitucionalidade e dos recursos extraordinários, que têm efeitos erga omnes e vinculante, respectivamente;
- b) () compete a quaisquer juizes ou tribunais do País, mediante o denominado controle difuso e, mediante o controle concentrado, aos Tribunais de Justiça Estaduais e ao Supremo Tribunal Federal;
- c) () é realizado somente por ações diretas de inconstitucionalidade, ações declaratórias de constitucionalidade e mandados de injunção;
- d) () compete exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal e aos Tribunais de Justiça Estaduais, respectivamente, mediante ações diretas de inconstitucionalidade de leis e atos normativos federais e estaduais, e ainda municipais.

8. O MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO:

- a) () abrange o Ministério Público Federal, Estadual e Municipal, que adotam os mesmos princípios constitucionais da unidade, indivisibilidade e independência funcional, como defensores da sociedade e da democracia;
- b) () tem autonomia funcional e administrativa, podendo elaborar sua proposta orçamentaria, independentemente de limites legais, de acordo com as necessidades institucionais;
- c) () é definido na Constituição Federal como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;
- d) () é órgão essencial à Justiça, devendo seus membros dedicar-se à atividade político-partidária, na defesa da sociedade, asseguradas a vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídios.

9. A DECLARAÇÃO DE DIREITOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

- a) () assegura, para maior eficiência no combate à criminalidade, especialmente nos casos de crimes de colarinho branco, a utilização, no processo, de provas obtidas por meios ilícitos;
- b) () estabelece a inviolabilidade das comunicações telefônicas, salvo, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;
- c) () garante a liberdade de imprensa e a livre manifestação do pensamento, admitido o anonimato e vedada a censura ideológica e política, mas não a artística;
- d) () assegura a plena liberdade de reunião ou de associação, sendo vedada qualquer interferência estatal em sua realização ou no seu funcionamento, mesmo se organizada ou instituída para fins ilícitos.

10. NA FEDERAÇÃO BRASILEIRA, SEGUNDO O SISTEMA DE REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA UNIÃO, DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL:

- I - compete privativamente à União legislar sobre direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

II - mediante lei complementar, pode a União Federal autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias de sua competência privativa;

III - aos Estados e ao Distrito Federal compete legislar, concorrentemente com a União, sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico, limitando-se a competência da União, no âmbito da legislação concorrente, a estabelecer normas gerais.

Analisando-se as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- a) as de números I e II estão corretas;
- b) as de números I e III estão corretas;
- c) todas estão corretas;
- d) as de números II e III estão corretas.

11. INCUMBE AO MINISTÉRIO PÚBLICO:

a) exercer o controle externo da atividade policial, ressalvadas as funções de polícia judiciária, somente sujeitas ao controle interno da polícia federal;

b) representar judicialmente entidades públicas de interesse social, conferindo-lhes assistência e consultoria jurídica;

c) exercer a advocacia pública dos necessitados, prestando-lhes assistência jurídica integral e gratuita;

d) promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, e, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.

12. O DIREITO DE PROPRIEDADE:

I - é garantido pela Constituição, mas a propriedade deve atender à sua função social;

II - assegurado pela Constituição, não impede a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou interesse social para fins de reforma agrária, sempre mediante justa e prévia indenização em dinheiro;

III - assegura ao proprietário indenização ulterior, se houver dano, nas hipóteses de requisição de uso de sua propriedade por autoridade competente, no caso de iminente perigo público.

Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que:

- a) apenas a de número I está correta;
- b) todas estão corretas;
- c) as de números I e II estão corretas;
- d) as de números I e III estão corretas.

13. A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, SEGUNDO A CONSTITUIÇÃO:

I - rege-se, nas suas relações internacionais, dentre outros, pelo princípio da prevalência dos direitos humanos;

II - deve garantir aos brasileiros e estrangeiros residentes no País, além dos direitos expressos no texto da Lei Maior e outros implícitos, decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, os direitos estabelecidos em tratados internacionais de que seja parte;

III - deve assegurar aos presos o respeito à integridade física e moral, constituindo crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia a prática de tortura.

Analisando-se as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- a) somente as de números I e II estão corretas;
- b) somente as de números II e III estão corretas;
- c) todas estão corretas;
- d) todas estão incorretas.

14. A PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS:

I - independe, segundo a doutrina contemporânea, de fronteiras nacionais e jurisdição doméstica, por serem tais direitos inerentes à dignidade da pessoa humana e não dependentes de reconhecimento estatal;

II - tem como importantes instrumentos, no plano global, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 das Nações Unidas e os Pactos Internacionais de Direitos Civis e Políticos e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966, e, no plano regional, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos de 1969 ("Pacto de San José de Costa Rica"),

III - no sistema da OEA, tem como órgãos competentes a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, com sede em Washington DC, nos Estados Unidos da América, e a Corte Interamericana de Direitos Humanos, sediada em San José da Costa Rica.

Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que:

- a) todas são corretas;
- b) todas são incorretas;
- c) somente as de números I e II estão corretas;
- d) somente as de números II e III estão corretas.

15. A DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE EM AÇÃO DIRETA, PROPOSTA PERANTE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:

a) somente produz efeito erga omnes após a suspensão, pelo Senado Federal, da execução da lei ou ato normativo;

b) pode ser antecipada, havendo pedido de medida cautelar, se o Relator, em face da relevância da matéria e de seu especial significado para a ordem social e a segurança jurídica, após a prestação de informações, no prazo de dez dias, e as manifestações do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República, sucessivamente, no prazo de cinco dias, submeter o processo diretamente ao Tribunal, que terá a faculdade de julgar definitivamente a ação;

c) tem efeitos ex tunc e vinculante, relativamente aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário;

d) somente pode ser feita pelo voto de dois terços dos presentes, exigido o quorum da maioria absoluta dos membros da Corte.

16. A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA:

a) define como direitos sociais a educação, a saúde e o trabalho, sendo a moradia, o lazer e a segurança considerados meras expectativas de direito;

b) dispõe que a ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais, sendo que a exploração direta da atividade econômica pelo Estado é considerada sempre imperativo do desenvolvimento nacional;

c) estabelece que a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social;

d) define como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com prioridade, o direito à educação, à saúde e ao lazer, e, sem prioridade, a liberdade, a dignidade, o respeito e a proteção contra o abuso, a violência e a exploração.

17. COM A FINALIDADE DE ATENDER A INTERESSE COLETIVO, UMA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO PODE CONSTITUIR UM DIREITO REAL SOBRE UM IMÓVEL DE DOMÍNIO PRIVADO. NESTA HIPÓTESE, DÁ-SE:

a) uma desapropriação indireta;

b) uma concessão de uso;

c) uma desapropriação direta;

d) uma servidão administrativa.

18. UMA EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL PODE SOFRER INTERVENÇÃO DA UNIÃO FEDERAL QUANDO:

- a) houver solicitação do prefeito municipal,
- b) for decretada sua falência:
- c) houver sido decretado estado de sítio:
- d) prestar mal os serviços concedidos.

19. AO ATO ADMINISTRATIVO, CUJA PRÁTICA DEPENDA DA VONTADE ÚNICA DE UM ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MAS CUJA EXECUTIBILIDADE DEPENDA DA VERIFICAÇÃO E APROVAÇÃO DE OUTRO ÓRGÃO, SE DÁ O NOME DE:

- a) ato administrativo múltiplo:
- b) ato administrativo complexo:
- c) ato administrativo conjunto;
- d) ato administrativo vinculado.

20. A FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS NACIONAIS DAS EMPRESAS SUPRANACIONAIS, DE CUJO CAPITAL SOCIAL A UNIÃO PARTICIPE, DE FORMA DIRETA OU ÍNDIRETA, É DA COMPETÊNCIA:

- a) do sistema de controle externo do Poder Executivo:
- b) de Comissão Especial do Congresso Nacional;
- c) do Tribunal de Contas da União;
- d) do Conselho Monetário Nacional, por intermédio do Banco Central.

21. SE, NO DECORRER DE SUA EXECUÇÃO, UM CONTRATO ADMINISTRATIVO, REGULARMENTE FIRMADO, SE REVELAR PREJUDICIAL AO INTERESSE PÚBLICO:

- a) somente poderá ser rescindido pela administração pública por intermédio do Poder Judiciário:
- b) somente poderá ser rescindido por acordo entre as partes contratantes:
- c) poderá ser rescindido de forma unilateral, pela administração pública, com indenização justa à outra parte contratante.
- d) poderá ser rescindido unilateralmente pela administração pública sem qualquer indenização à outra parte contratante.

22. O INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, INSTAURADO POR PORTARIA REGULAR:

- a) será encerrado em 60 dias:
- b) não tem prazo legal para ser encerrado;
- c) será encerrado em 30 dias:
- d) será encerrado em 180 dias.

23. A AÇÃO DISCIPLINAR ADMINISTRATIVA:

- a) prescreve em 4 (quatro) anos, quanto às infrações puníveis com pena de demissão:
- b) prescreve em vinte anos:

- c) () é imprescritível, na hipótese de apropriação de dinheiro público;
- d) () prescreve no prazo estabelecido na lei penal, se o fato objeto da ação disciplinar administrativa constituir crime.

24. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FIRMOU CONTRATO COM EMPRESA PRIVADA PARA A EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. O CONTRATO CONTÉM CLAUSULA NA QUAL SE AFIRMA QUE A EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO SERÁ FEITA A TÍTULO PRECÁRIO, POR PRAZO CERTO, SENDO RESCINDIVEL NAS HIPÓTESES INDICADAS, TAXATIVAMENTE, EM LEI DETERMINADA. TRATA-SE DEU MA:

- a) () concessão;
- h) () permissão
- c) () autorização
- d) () permissão condicionada.

25. PARA A PRODUÇÃO DE LEI QUE REGULE A PRESERVAÇÃO DE UMA ÁREA DE FLORESTA, SITUADA NO ESTADO X E NO MUNICÍPIO Y (QUE TEM NELA SUA MAIS IMPORTANTE ÁREA DE LAZER), DISTANTE TRÊS QUILOMETROS E MEIO DA MARGEM DE UM RIO DE MÉDIO PORTE:

- a) () edição de lei federal impede a edição de lei municipal;
- b) () edição de lei estadual impede a edição de lei federal;
- c) () podem ser editadas leis federal, estadual e municipal;
- d) () a edição de lei municipal impede a edição de lei federal.

26. É DEVER DO ADMINISTRADOR PÚBLICO ATUAR SEGUNDO A LEI, PROIBIDA SUA ATUAÇÃO CONTRA-LEGEM E EXTRA-LEGEM ESSE PRINCÍPIO DO DIREITO ADMINISTRATIVO S E DENOMINA:

- a) () da restritividade ou legalidade estrita;
- b) () da ultratividade;
- c) () da moralidade;
- d) () do condicionamento.

27. POR EXCLUSIVA CONVENIÊNCIA POLÍTICA, O PRESIDENTE DA REPÚBLICA DEMITIU O DIRETOR GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA -ANEEL. CONSIDERADO UM TÉCNICO COMPETENTE E PROBO, FOI ELE CONVIDADO PARA OCUPAR O CARGO DE DIRETOR PRESIDENTE DE UMA EMPRESA PRIVADA, GERADORA DE ENERGIA ELÉTRICA. PODE ELE ASSUMIR ESTE NOVO CARGO:

- a) () imediatamente;
- b) () em 3 meses;
- c) () em 12 meses;
- d) () em 24 meses.

28. SE UM AGENTE ADMINISTRATIVO, NO USO DE SUA COMPETÊNCIA DISCRICIONÁRIA, PRATICA ATO ADMINISTRATIVO DECLARANDO O MOTIVO QUE O JUSTIFICA:

- a) tal ato continua discricionário;
- b) a declaração do motivo constitui manifestação inócua do agente;
- c) mesmo demonstrada a inexistência do motivo declarado, tal ato fica imune ao controle do Poder Judiciário;
- d) a validade deste ato passa a depender da existência do motivo declarado.

29. **INDIQUE O ENUNCIADO CORRETO:**

O fato de a lei exigir o depósito prévio da multa como pressuposto de admissibilidade do recurso administrativo, segundo orientação do Supremo Tribunal Federal:

- a) ofende o direito constitucional do contribuinte de livre acesso à justiça administrativa;
- b) é cabível apenas em decisões que envolvam cobrança de imposto direto;
- c) não ofende o direito constitucional de acessibilidade à instância administrativa;
- d) é possível no caso de cobrança de tributos sujeitos ao regime de lançamento por homologação.

30. **ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:**

a) a lei complementar poderá definir o conceito tributário de renda, para o fim de tributação da receita de pessoa jurídica, a título do imposto de que trata o art. 153, inc. III, da Constituição Federal;

- b) constitui-se em renda tributável a totalidade do produto de uma atividade;
- c) o conceito de renda é extraído do texto constitucional e conformado pelo princípio, dentre outros, da capacidade contributiva;
- d) não havendo distinção entre os conceitos tributários de receita e renda, o legislador complementar pode determinar a incidência do imposto de renda sobre as receitas diretamente.

31. **ASSINALE A OPÇÃO CORRETA:**

a) o conceito específico de dívida pública, no direito financeiro, abrange os empréstimos captados no mercado financeiro interno e externo, excluída a concessão de garantias e avais, mesmo podendo gerar endividamento;

- b) no conceito específico de dívida pública, incluem-se aquelas que se caracterizam como dívidas da Administração (aquisição de bens, prestação de serviços, condenações judiciais);
- c) para os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, o conceito de dívida pública consolidada ou fundada, para a área de licitações e contratos, não difere do conceito tradicional contido na Lei 4.320/64;
- d) nenhuma das alternativas anteriores é correta.

32. **AS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, DESCONTADAS DOS EMPREGADOS E NÃO REPASSADAS AOS COFRES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, NO CASO DE FALÊNCIA:**

- a) podem ser liquidadas antes do pagamento de qualquer crédito, ainda que trabalhista;
- b) somente podem ser liquidadas após o pagamento do crédito trabalhista, conforme o Código Tributário Nacional;
- c) para serem pagas não de submeter-se, antes do concurso de preferência, à habilitação no processo de quebra;
- d) por não se constituírem propriamente em encargos da massa, incluem-se entre os créditos quirografários, sob regime de preferência na liquidação.

33. **A CONSTITUIÇÃO VIGENTE ABRE EXCEÇÃO AO PRINCÍPIO DA NÃO CUMULATIVIDADE NO IMPOSTO SOBRE:**

- a) rendas e proventos;
- b) exportação;
- c) serviços de qualquer natureza;
- d) circulação de mercadorias e serviços.

34. **SEGUNDO A ORIENTAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO SUPERIOR TRIBUNAL D E JUSTIÇA:**

- a) () a saída de mercadorias de estabelecimento para outro da mesma empresa, sendo eles autônomos, constitui hipótese de incidência do ICMS, posto que não há prejuízo do contribuinte para efeito do princípio da não cumulatividade;
- b) () na saída de mercadorias de um estabelecimento para outro do mesmo titular, mas, sendo o estabelecimento destinatário situado em outro Estado, incide o ICMS; caso contrário, o Fisco Estadual de origem perderia receita;
- c) () as transferências interestaduais de mercadorias, mesmo sem mudança de titularidade, realizam o fato jurígeno do ICMS, por haver previsão no Decreto-lei 406/68;
- d) () a saída de mercadorias de um estabelecimento para outro da mesma empresa, constituindo ato material do processo produtivo, não dá causa à incidência do ICMS.

35. INDIQUE A OPÇÃO CORRETA:

- a) () na doação sob condição resolutiva não ocorre o fato gerador do tributo;
- b) () a solidariedade tributária não comporta benefício de ordem;
- c) () as convenções particulares, no tocante à responsabilidade pelo pagamento de tributos, desde que efetivadas por escritura pública e levadas a registro no cartório competente, podem ser opostas à Fazenda Pública, em determinadas situações;
- d) () a obrigação tributária principal é obrigação de fazer.

36. APONTE A ALTERNATIVA CERTA:

- a) () o prazo para pleitear a restituição de tributo pago indevidamente (CTN, art. 168) é de decadência;
- b) () tratando-se de tributo com lançamento por homologação, o pagamento antecipado pelo obrigado extingue o crédito tributário sob condição suspensiva;
- c) () a Administração Pública, em matéria tributária, pode rever decisão definitiva homologatória de lançamento, alterando a valorização jurídica;
- d) () o prazo para pleitear a restituição de tributo pago indevidamente é de prescrição.

37. EMOLUMENTOS DEVIDOS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NOTARIAIS E/OU REGISTRARIS TÊM NATUREZA JURÍDICA DE:

- a) () preço público;
- b) () taxa;
- c) () de caráter privado, podendo parte de seu produto ser vinculada a determinado órgão, como Caixa de Assistência de Advogados e Associações de Magistrados;
- d) () preço público, somente na hipótese de a prestação de serviços de serventia extrajudicial advir, por delegação do poder público, por considerar-se exercício de função revestida de estatalidade.

38. A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, EDITADA SOB IMPULSO DOS FATORES DE ORDEM POLÍTICO-ECONÔMICA, POLÍTICO FINANCEIRA E POLÍTICO-SOCIAL, INOVA NO TOCANTE:

- a) () à delegação de competência entre os entes públicos;
- b) () à coordenação e controle entre Estados com vistas a evitar guerra fiscal;
- c) () às licitações e contratações públicas;
- d) () à descentralização de funções do Estado para com os seus Municípios.

39. É CERTO DIZER:

- a) () que as receitas originárias da União são partilhadas, segundo percentuais disciplinados na Constituição Federal, entre os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios;
- b) () que o produto das receitas derivadas não se reparte;
- c) () que não é vedada a vinculação de receita derivada, em regra;
- d) () que a falta de previsão orçamentaria municipal não constitui óbice à cobrança do imposto transferido aos Municípios por emenda constitucional.

40. INDIQUE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () a multa para reparação da impontualidade do contribuinte e a multa como sanção pela conduta ilícita, no que diz respeito à dosagem, têm aplicação e tratamento idênticos pelo Fisco;
- b) () as penalidades pecuniárias, decorrentes da prática de atos fraudulentos do contribuinte e fixadas em montante igual ao valor do tributo, revestem-se de caráter confiscatório;
- c) () a multa moratória e a penalidade tributária, sobrevinda de conduta ilícita, no tocante à sua aplicação e dosagem, não se equiparam;
- d) () não se configura confisco a aplicação de penalidade pecuniária, posto que, para efeitos de cobrança, têm tratamento diverso do dispensado ao da obrigação principal.

GRUPO II - ECONÓMICO, CONSUMIDOR, CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

41. NA INTERPRETAÇÃO DA LEI 8.078 (CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR), LEVAR-SE-Á EM CONTA:

- a) () as normas gerais e especiais que compõem todo o sistema do direito positivo brasileiro, ante o disposto no art. 2º, parágrafo 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil;
- b) () no conflito entre as normas do sistema, em geral, e os princípios e normas que estão nela, Lei. 8.078/90, estabelecidos, a preponderância destes;
- c) () o sistema próprio nela contido, não tendo incidência, nas relações de consumo, as demais normas, mesmo se houver lacuna no sistema consumista;
- d) () nenhuma destas opções é procedente.

42. A EMPRESA MULTINACIONAL ADQUIRE PEÇAS DE TERCEIROS PARA LINHA DE MONTAGEM DE TRATORES. NO CASO,

- a) () trata-se de operação sob proteção do Código de Defesa do Consumidor;
- b) () trata-se de meras relações comerciais, em que incidem as regras de direito comum;
- c) () teriam aplicação as regras do Código de Defesa do Consumidor se, expressamente, no contrato de fornecimento das peças, se fizer constar cláusula de submissão a esse regime;
- d) () o Código de Defesa do Consumidor não regula a relação de aquisição e utilização de produto ou serviço por parte de multinacional, ante a inexistência de correlação de desigualdades entre as partes.

43. SEGUNDO O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR:

- a) () a decadência não se interrompe, nem se suspende;
- b) () a prescrição, ao contrário da tradição jurídica nacional, somente se suspende em favor do prestador do serviço e se interrompe em favor do consumidor;
- c) () o prazo de contagem da decadência, na aquisição de produto, inicia-se a partir da sua entrega ficta;
- d) () a decadência tem o seu curso obstado, mediante reclamação do consumidor, comprovadamente formulada por ele.

44. "O FORNECEDOR NÃO PODERÁ COLOCAR NO MERCADO DE CONSUMO PRODUTO DE RISCO, QUE SABE OU DEVERIA SABER APRESENTAR ALTO GRAU DE NOCIVIDADE OU PERICULOSIDADE À SAÚDE OU SEGURANÇA". TEM-SE, ENTÃO, À VISTA DESTE TEXTO:

- a) () responsabilidade advinda de culpa lato sensu, ante a cláusula sabe ou deveria saber;
- b) () exceção ao princípio geral da atividade econômica do risco;
- c) () adoção da teoria do risco do negócio;
- d) () não se incluem os danos daí advindos nos chamados acidentes de consumo.

45. APONTE, COMO CERTA, UMA DAS ASSERTIVAS FEITAS A SEGUIR:

- a) () a Lei Magna, impossibilitada a atividade estatal de atender a certa demanda, tolera o monopólio privado em setor deficitário da economia;
- b) () constituem instrumentos de participação do Estado na economia: a empresa pública e a sociedade de economia mista;
- c) () no regime de livre concorrência, o Estado participa na economia mediante controle de preços;
- d) () à União é permitido, em condições especiais, estabelecer concessão na exploração de gás natural.

46. CONSTITUI VIOLAÇÃO À ORDEM ECONÓMICA:

- a) () subordinar á venda de um bem à utilização de um serviço;
- b) () vender mercadoria sem margem de lucro;

- c) () recusar, mesmo que justificadamente, a venda de bens e a prestação de serviços;
- d) () nenhuma das assertivas acima é verdadeira.

47. O PAPEL DO ESTADO NO TOCANTE À EXPLORAÇÃO DIRETA DE ATIVIDADE ECONÓMICA:

- a) () pode ser livremente partilhado com o setor privado;
- b) () é preponderante, principalmente em países, como o Brasil, em desenvolvimento;
- c) () é subsidiário;
- d) () não é permitido, em razão do modelo de liberalismo económico adotado pelo texto constitucional.

48. DEFINE-SE COMO PRÁTICA ILÍCITA TIPIFICADA NA LEI ANTITRUSTRE:

- a) () redução, em larga escala, da produção;
- b) () aumento de lucros;
- c) () venda abaixo do preço de custo;
- d) () promoção de conduta concertada.

49. A INTERVENÇÃO DIRETA DO ESTADO NO SETOR ECONÓMICO PODE OCORRER MEDIANTE:

- a) () assunção de gestão da empresa privada, passando a dirigi-la, quando interesses de ordem social o exijam e com o intuito de normalizar o seu funcionamento;
- b) () políticas económicas de salvaguarda, como regulação demográfica, de provisionamento de gêneros alimentícios;
- c) () políticas de crescimento equilibrado, da poupança, do crédito e do emprego;
- d) () políticas monetárias, orçamentaria e de rendas.

50. ADOTADOS OS PRINCÍPIOS DA LIVRE CONCORRÊNCIA E DA LIBERDADE DE INICIATIVA, É CORRETO AFIRMAR QUE:

- a) () a lei poderá conceder proteção e benefícios temporários a empresas brasileiras de capital nacional, imprescindíveis ao desenvolvimento do país;
- b) () a exploração direta de atividade económica pelo Estado é limitada;
- c) () inexistente tratamento favorecido para empresas brasileiras de qualquer natureza;
- d) () é possível a exploração direta de atividade económica pelo Estado, desde que necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, definidos em atos do Poder Executivo.

51. PARA VIABILIZAR A REALIZAÇÃO DE UMA DETERMINADA PRÁTICA ECONÓMICA, AINDA QUE RESTRITIVA DA CONCORRÊNCIA, AFASTANDO-SE ÓBICES LEGAIS À SUA CONCRETIZAÇÃO, COM VISTAS, POR EXEMPLO, A PROPICIAR AUMENTO DO GRAU DE COMPETITIVIDADE, ADOTA-SE, SEGUNDO A LEI ANTITRUSTE (LEI 8.884/94);

- a) () a regra da razão (na tradição norte-americana);
- b) () a concessão de isenções (na tradição do sistema europeu);
- c) () a concessão de autorizações;
- d) () nenhuma dessas técnicas é adotada, por não permitir a Lei Antitruste prática restritiva de concorrência.

52. ASSINALE O ENUNCIADO CORRETO:

- a) () a intervenção estatal, para disciplinar comportamento de agentes económicos no mercado, conflito com a liberdade de iniciativa, de que tratam a Constituição Federal e a Lei Antitruste;
- b) () nem toda restrição à concorrência implica em domínio ilícito de mercado;

- c) () o ato da empresa em posição dominante, restritivo da concorrência, sempre configura abuso, por decorrer de um exercício de posição dominante;
- d) () a venda casada não prejudica a livre concorrência, mas ao adquirente do produto isoladamente.

53. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () a obrigação de não-fazer é indivisível, ainda quando a prestação consistir num conjunto de abstenções que não se relacionem entre si;
- b) () a senilidade é, por si só, causa de restrição da capacidade de fato;
- c) () no direito brasileiro, para que ocorra o direito de acrescer, é necessário, entre outros pressupostos, que a disposição conjunta seja real ou mista;
- d) () a existência de erro quanto à pessoa permite que o juiz, ao tomar conhecimento do negócio jurídico viciado, pronuncie incidentalmente a invalidade.

54. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () a obrigação assumida pelo transportador é de meio, enquanto que a do mecânico, que se obriga a consertar um automóvel, é de resultado;
- b) () a derrogação ou ab-rogação consiste na supressão total da norma anterior;
- c) () os frutos, que poderiam ser colhidos e não foram, denominam-se pendentes;
- d) () o direito de corte, pelo proprietário do terreno invadido, dos ramos de árvores que ultrapassarem a extrema do prédio não está condicionado à nocividade da invasão dos ramos.

53. ASSINALE CORRETA:

- a) () se a ação de cobrança foi ajuizada em face de apenas um dos devedores solidários, os demais não responderão pelos juros moratórios;
- b) () a cessão de crédito é negócio jurídico bilateral, que tem como partes, exclusivamente, quem cede e quem aceita o crédito;
- c) () o princípio da extraterritorialidade é que justifica a aplicação das normas de determinado Estado em suas embaixadas, consulados e navios de guerra;
- d) () é inválido, por incapacidade do agente, o testamento celebrado por menor com dezesseis anos completos.

56. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () não tem natureza de título ao portador aquele com o nome de credor, que traz a cláusula de poder ser paga a prestação ao portador;
- b) () a cessão de contrato pode ter como objeto um contrato bilateral ou unilateral;
- c) () o sublegado é o legado que tem por objeto bens de pequeno valor;
- d) () em matéria de responsabilidade civil por ato ilícito, é correto afirmar-se que o dano indireto confunde-se com o lucro cessante.

57. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA CORRETA:

- a) () assim como ocorre com a cláusula penal, a multa penitencial é instituída em benefício do credor;
- b) () enquanto a acessão altera a substância da coisa, a benfeitoria gera conservação, melhoramento ou aformoseamento da coisa;
- c) () segundo o princípio da continuidade, a norma jurídica terá vigência pelo tempo de duração previamente fixado pelo legislador;
- d) () os contratos de depósito e seguro são consensuais.

58. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () as despesas efetuadas pelo possuidor com a demarcação da coisa possuída não constituem benfeitorias;
- b) () quando a ineficácia de um negócio jurídico está subordinada a um evento futuro e incerto, diz-se que o negócio está submetido a condição suspensiva;
- c) () a nulidade do casamento celebrado perante autoridade incompetente é insanável;
- d) () o direito de propriedade é insuscetível de perda pela prescrição.

59. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () considerando-se a função dos direitos reais na coisa alheia e aquela dos de garantia, é lícito afirmar-se que estes são acessórios, enquanto que os direitos reais na coisa alheia são autônomos;
- b) () denomina-se abandono de álveo o acréscimo de terras, que se forma quando parte do álveo descobre-se, em razão do afastamento das águas do rio;
- c) () na celebração de contrato por via epistolar, segundo o sistema da informação, o negócio jurídico aperfeiçoa-se no momento em que a aceitação é enviada ao proponente;
- d) () o parentesco, na linha colateral, não pode ser dúplice.

60. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () falecendo um dos credores solidários, que deixa dois herdeiros necessários, cada herdeiro, ainda que se trate de obrigação indivisível, só pode exigir e receber a cota do crédito que corresponder ao seu quinhão hereditário;
- b) () no condomínio pro diviso a comunhão existe de fato e de direito;
- c) () o dever de coabitação, decorrente do casamento, é observado com a simples convivência dos cônjuges sob o mesmo teto;
- e) () a obrigação cumulativa não se caracteriza pela pluralidade de obrigações, mas sim pela pluralidade de prestações, estas oriundas da mesma causa ou título.

61. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () a troca de valores iguais, entre ascendentes e descendente, sem o assentimento dos demais descendentes, é ineficaz em relação aos que não assentiram;
- b) () na novação subjetiva passiva mediante expromissão, um terceiro assume a dívida do devedor originário, substituindo-o sem o seu assentimento, desde que o credor concorde com a mudança;
- c) () verificando-se a existência de vício ou defeito oculto em coisa objeto de contrato comutativo, a responsabilidade do alienante persiste, ainda que a coisa pereça em poder do adquirente por vício oculto não existente ao tempo da tradição;
- d) () há direito de representação na sucessão legítima e na testamentária.

62. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () a responsabilidade do proprietário, na hipótese de queda, em lugar indevido, de coisas colocadas em uma casa, obedece ao mesmo princípio da responsabilidade do proprietário pelo arruinamento de edifício ou construção;
- b) () a confusão e a comistão são modos de aquisição da propriedade mobiliária, mas enquanto a confusão é a mistura de coisas sólidas pertencentes a diferentes donos, sem que se possam separar e sem que produza coisa nova, a comistão é a mistura de coisas líquidas nas mesmas condições;
- c) () a extinção da enfiteuse pelo comisso deve ser pronunciada por sentença judicial, cabendo ao senhorio indenizar o foreiro pelas benfeitorias necessárias;
- d) () os tapumes divisórios, comuns ou especiais, presumem-se pertencentes aos proprietários lindeiras.

63. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () o usufruto próprio é o que tem por objeto coisas consumíveis e fungíveis;
- b) () a característica da reciprocidade da obrigação alimentar significa que o direito de uma das partes é causa do direito da outra;
- c) () o sistema comum de registro imobiliário, ao entender que a todo imóvel perfeitamente individuado corresponde uma matrícula, veio consagrar o princípio da correspondência entre a unitariedade da matrícula e a unidade físico-jurídica do imóvel, relacionado com o da especialidade, visto reclamar exala caracterização e individuação do imóvel;
- d) () o direito de pedir o legado, sendo ele puro e simples, é atribuído ao legatário desde a morte do testador e pode ser exercido antes de deliberada a partilha.

64. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () sob o enfoque do agente, ou seja, da pessoa que pratica a ação, a responsabilidade civil pode ser subjetiva ou objetiva;
- b) () verificada a impossibilidade superveniente da prestação, proveniente de causa não-imputável do devedor, segundo a regra geral, nos contratos unilaterais quem suporta o risco é o devedor;

- c) () o bem imóvel adquirido a título oneroso por um dos conviventes, na constância da união estável, pertence exclusivamente ao adquirente, salvo se o outro convivente provar que é fruto do trabalho e colaboração comuns;
- d) () o prêmio a que tem direito o inventor, acrescido da indenização a que faz jus pelas despesas efetuadas com a conservação e transporte da coisa, denomina-se achádego.

65. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () o domicílio fixa-se tanto no interesse do indivíduo como no de terceiros e tal circunstância não impede que se admita a pluralidade domiciliar;
- b) () no contrato de fiança, o devedor fica desonerado da obrigação sempre que o credor conceder moratória ao devedor;
- c) () na alienação fiduciária em garantia, o fiduciário pode ajuizar ação de consignação em pagamento, se o credor recusar-se a receber o pagamento da dívida ou a dar a quitação, valendo a sentença como título liberatório e de recuperação da propriedade do bem gravado;
- e) () há propriedade resolúvel na venda a contento sob condição resolutiva e no fideicomisso.

66. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () o ato praticado em estado de necessidade não pode gerar a obrigação de indenizar;
- b) () o mutuo é contrato unilateral e, por natureza, gratuito, mas a previsão, por cláusula expressa, de juros, circunstância que o torna oneroso, não altera a sua unilateralidade;
- c) () o direito de preempção é transmissível inter vivos e mortis causa;
- d) () a hipoteca, no direito brasileiro, não se extingue quando se opera a resolução do domínio.

67. ASSINALE A CORRETA:

- a) () segundo a teoria imanentista, o direito de ação é autônomo, mas somente existiria nas hipóteses em que a sentença fosse favorável ao autor, ou seja, quando existisse o direito subjetivo a ser tutelado;
- b) () contra sentença que concede habeas data cabe recurso de apelação, provido dos efeitos devolutivo e suspensivo;
- c) () se o recurso de apelação apreciou o mérito da pretensão, a sentença recorrida jamais chega a transitar em julgado, nem mesmo quando o órgão ad quem nega provimento ao recurso e a confirma;
- d) () a exceção de pré-executividade é a via processual que permite ao credor promover a execução, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.

68. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () a decisão judicial, que condena o requerido a emitir declaração de vontade, não se submete, em verdade, a processo de execução;
- b) () o princípio da inafastabilidade da jurisdição assegura que o juiz não seja removido de uma comarca para outra, sem o seu consentimento;
- c) () em razão do princípio da unirrecorribilidade, contra acórdão da Tribunal de Justiça que negou provimento a recurso de apelação, com fundamentos de natureza constitucional e infraconstitucional, o recurso cabível será unicamente o recurso extraordinário;
- d) () em caso de falecimento do devedor, o credor tem direito à adjudicação dos bens que forem separados no inventário para o seu pagamento, independentemente da concordância das demais partes.

69. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () segundo o princípio da indelegabilidade, todo e qualquer ato de interesse para um processo, que deve ser praticado fora dos limites territoriais em que o juiz exerce a jurisdição, depende da cooperação do juiz do lugar;
- b) () os juizes que participaram do julgamento em que foi proferida a decisão rescindenda estão impedidos de julgar a ação rescisória;
- c) () o provimento jurisdicional, que concede ou nega a tutela antecipada, tem a natureza de sentença e pode ser impugnado por recurso de apelação;
- d) () as garantias decorrentes do princípio do devido processo legal servem não só aos interesses das partes, como direitos públicos subjetivos ou poderes e faculdades processuais, mas também como salvaguarda do próprio processo, objetivamente considerado.

70. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () de acordo com o princípio do juiz natural, a jurisdição só será exercida por quem tenha sido investido na autoridade de juiz;
- b) () na ação de desapropriação, a revelia do expropriado não autoriza a dispensa da prova pericial;
- c) () não é necessário que as partes figurem, na reconvenção, na mesma qualidade jurídica em que figuram na ação originária;
- d) () no mandado de segurança, somente quando estiver em causa algum dos interesses previstos no artigo 82 do CPC é que se torna indispensável a manifestação do Ministério Público.

71. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () do ponto de vista objetivo, a preclusão processual representa a perda de uma faculdade ou de um poder ou direito processual;
- b) () a realização da audiência de instrução e julgamento pressupõe que estejam presentes os pressupostos processuais e as condições da ação, de modo que o juiz, desde então, não poderá mais reconhecer a ilegitimidade ad causam de qualquer das partes, ainda que se origine de fato superveniente;
- c) () as hipóteses que justificam o ajuizamento de ação rescisória estão previstas taxativamente no artigo 485 do CPC, mas, mediante interpretação extensiva, é legítimo admitir-se que a referência à confissão, prevista no inciso VIII, compreende também o reconhecimento do pedido;
- d) () compete ao Supremo Tribunal Federal o processo e julgamento de ação popular, em que se questiona a validade de ato praticado pelo Presidente da República.

72. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () sem que tenha sido excutida a coisa que se achar em seu poder, o credor que estiver, por direito de retenção, na posse de coisa pertencente ao devedor não poderá promover a execução sobre outros bens;
- b) () se A causa um acidente de trânsito, provocando danos nos veículos de B e C, e estes promovem, em conjunto, uma ação de indenização em face de A, é correto afirmar-se que a pretensão por eles deduzida decorre de causa petendi única, visto que, na hipótese, o acidente é a causa de pedir;
- c) () o princípio da publicidade dos atos processuais tem assento exclusivamente infraconstitucional;
- d) () o acórdão não-unânime, proferido em incidente de uniformização de jurisprudência, pode ser impugnado por embargos infringentes.

72. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () constitui defesa de mérito direta aquela em que o requerido, em ação de cobrança fundada em cláusula de contrato de locação, afirma que já pagou a dívida;
- b) () a lei autoriza o devedor a efetuar a remição dos bens penhorados;
- c) () a conexão não determina a reunião dos processos se um deles já foi julgado;
- d) () a busca e apreensão é medida típica e específica do processo cautelar.

74. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () o adquirente ou cessionário da coisa litigiosa que, com o consentimento da parte contrária, passa a aliar no processo, ostenta a qualidade de substituto processual do alienante ou cedente;
- b) () a ação de embargos de terceiro não é via processual idônea para obter-se a anulação de negócio jurídico, fundada em fraude contra credores;
- c) () faz prova da declaração e do fato declarado o documento particular que contiver declaração de ciência relativa a determinado fato;
- d) () na ação, que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não-fazer, o juiz, se considerar impossível a tutela específica, deve converter necessariamente a obrigação em perdas e danos.

75. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () é cabível o ajuizamento de ação condenatória para a obtenção de indenização, pelos filhos do falecido, vítima de acidente de trânsito, após a sentença condenatória penal ter transitado em julgado, mas nela é vedado discutir-se a respeito do fato e do seu autor;
- b) () havendo litisconsórcio passivo entre a União Federal e uma autarquia federal, em ação ordinária, cada uma das rés terá o prazo em quádruplo para contestar, contado das respectivas citações;
- c) () constatando a existência de compromisso arbitral entre as partes, o juiz pode, de ofício, decretar a extinção do processo, sem julgamento de mérito;

d) () privar o devedor, mediante o depósito, da posse direta dos bens penhorados, ou pelo menos alterar-lhe o título da posse, quando fique ele próprio como depositário, e tornar ineficazes em relação ao credor penhorante os atos de disposição dos bens penhorados, que porventura venha o devedor praticar, são efeitos materiais da penhora.

76. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () o devedor não pode alienar validamente o bem penhorado;
- b) () o Ministério Público não tem legitimidade recursal, nos processos em que oficiou como fiscal da lei, se as partes estão devidamente representadas por advogados;
- c) () na cumulação simples de pedidos, o acolhimento de um pedido depende do acolhimento de outro;
- d) () não cabe, em medida liminar, deferir-se a compensação de créditos tributários.

77. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () os requisitos intrínsecos de admissibilidade dos recursos são concernentes ao exercício do direito de recorrer;
- b) () na desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária, é obrigatória a manifestação do Ministério Público, antes de cada decisão a ser proferida, em qualquer instância;
- c) () há identidade conceitual entre coisa incerta, no sentido que tal expressão figura no Código de Processo Civil, e coisa fungível, prevista no Código Civil;
- d) () compete ao Superior Tribunal de Justiça o processo e julgamento de ação civil pública contra Governador de Estado.

78. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () apesar da omissão na lei específica, o devedor, na execução fiscal, deverá ser intimado, pessoalmente, do dia e hora da realização do leilão;
- b) () a ação civil pública, proposta em face de empresa pública federal, por dano ambiental verificado em território de comarca que não seja sede de vara federal, deve ser ajuizada perante a vara da justiça estadual;
- c) () o princípio da motivação das decisões não exerce qualquer função política, visto que os destinatários das decisões judiciais são apenas as partes e o juiz competente;
- d) () o mandado de segurança, impetrado contra ato praticado por órgão colegiada presidido por Ministro de Estado, deve ser processado e julgado originariamente pelo Superior Tribunal de Justiça.

79. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA

- a) () é cabível a ação direta de inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal, para declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipais em face da Constituição Federal;
- b) () um dos efeitos processuais da citação válida é tornar litigioso o direito deduzido em juízo;
- c) () não é exclusiva do autor, nem do Ministério Público, a legitimidade para recorrer das decisões e da sentença contrárias à pretensão do autor da ação popular;
- d) () a multa cominada liminarmente em ação civil pública só será devida e, portanto, exigível do réu após o trânsito em julgado da sentença favorável ao autor.

80. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () a desistência do recurso, diversamente do que ocorre com a renúncia ao direito de recorrer, independe da aceitação da outra parte;
- b) () se excluir da relação processual o ente federal, cuja presença levara o juiz estadual a decimar da competência, o juiz federal, ao invés de suscitar conflito de competência, deve restituir os autos ao juízo estadual;
- c) () a existência de prévia e específica ordem judicial torna legítima a interceptação telefônica, para a obtenção de prova no processo penal e no processo civil;
- d) () o ônus da prova da falta de autenticidade da assinatura, lançada em documento, compete à parte que formulou a impugnação.

GRUPO III - ELEITORAL, PENAL E PROCESSUAL PENAL

81. A JUSTIÇA ELEITORAL:

- a) () é constituída pelo Tribunal Superior Eleitoral, pelos Tribunais Regionais Eleitorais e pelos Juizes e Juntas Eleitorais em todo o País, compostos os Tribunais exclusivamente de Ministros do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e de Juizes Federais;

- b) () tem competência para realizar o alistamento eleitoral, o registro de partidos políticos e respectivos diretórios, o processo e julgamento do registro de candidaturas e das impugnações por inelegibilidade, a fiscalização da propaganda eleitoral, o processo e julgamento de crimes eleitorais (ressalvada a competência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça), as representações por abuso de poder econômico e de autoridade em matéria eleitoral, os recursos contra a diplomação e a ação de impugnação de mandato eletivo, dentre outras;
- c) () deve decretar a perda do mandato do Deputado ou Senador, que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;
- d) () somente realiza consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas, para criação, incorporação, fusão ou desmembramento de Municípios, se devidamente autorizada pelo Governador do Estado e os Prefeitos Municipais.

82. O ALISTAMENTO ELEITORAL E O VOTO:

- a) () são obrigatórios para todos os brasileiros maiores de dezoito anos e no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos;
- b) () são facultativos para os estrangeiros e os conscritos, durante o período de serviço militar obrigatório;
- c) () são obrigatórios para os maiores de dezoito anos e facultativos para os analfabetos, os maiores de setenta anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos;
- d) () são vedados para os deficientes visuais e admitidos para as pessoas portadoras de deficiência física, mediante laudo por junta médica, nos termos da lei.

83. AS INELEGIBILIDADES:

- a) () se não argüidas na impugnação do registro de candidatura, podem ser opostas a qualquer momento, mesmo as de natureza infraconstitucional;
- b) () estão previstas na própria Constituição e no Código Eleitoral;
- c) () são restrições impostas a pessoas que tiveram seus direitos políticos suspensos por decisão da Justiça Eleitoral;
- d) () estão previstas na Constituição Federal e em Lei Complementar, estabelecendo esta outros casos e os prazos de sua cessação.

84. OS PARTIDOS POLÍTICOS•:

- a) () são livremente criados, observada apenas a liberdade de associação para fins lícitos, sendo-lhes assegurada plena autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento;
- b) () ao adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, estão desde logo habilitados a registrar candidaturas e participar de eleições;
- c) () têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, mesmo se não registrados os seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral;
- d) () devem estabelecer, nos seus estatutos, normas de fidelidade e disciplina partidárias e gozam de autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento.

85. SÃO CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE, NA FORMA DA LEI:

- a) () a obtenção de votos válidos nas eleições e ter sido registrada a candidatura;
- b) () a filiação partidária e o domicílio eleitoral na circunscrição;
- c) () para Presidente da República, Governadores de Estados, Senadores e Deputados Federais, a condição de brasileiro nato, em pleno exercício dos direitos políticos, e a idade mínima prevista para os respectivos cargos eletivos;
- d) () a não configuração de hipótese de inelegibilidade e o registro do candidato na Justiça Eleitoral.

86. AS ELEIÇÕES:

- a) () para o Senado Federal e para a Câmara dos Deputados realizam-se, respectivamente, segundo o princípio majoritário e pelo sistema proporcional;
- b) () para Presidente da República e Governadores de Estados, realizadas pelo sistema majoritário, terão segundo turno, se nenhum candidato obtiver a maioria absoluta dos votos válidos no primeiro, computados os votos em branco e os nulos, legítima expressão da vontade popular;
- c) () para a Câmara dos Deputados e as Assembléias Legislativas, realizam-se pelo voto distrital misto, sendo majoritárias relativamente à metade das vagas e proporcionais quanto às demais, mediante lista fechada elaborada pelos Partidos Políticos;

d) () pelo sistema proporcional, para Deputados Federais e Estaduais, não admitem coligações partidárias, considerando-se a desfiguração delas resultantes para os votos de legenda.

87. NO PROCESSO ELEITORAL:

a) () cabe recurso contra a diplomação por abuso do poder econômico, cassando-se de imediato o diploma e ficando impedido o diplomado, segundo o Código Eleitoral, de exercer o mandato, até a decisão final do Tribunal Superior;

b) () a representação por abuso de poder de autoridade, conforme a Lei das Inelegibilidades, segue o rito comum das ações ordinárias, sendo o Ministério Público litisconsorte ativo dos Partidos Políticos e coligações;

c) () existindo provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude, poderá ser proposta ação de impugnação de mandato eletivo, no prazo de quinze dias após a diplomação, perante o órgão da Justiça Eleitoral que diplomou o candidato;

d) () são proibidas aos agentes públicas, desde que sejam servidores, condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais.

88. A PROPAGANDA ELEITORAL:

a) () na imprensa escrita, é inteiramente livre para candidatos, partidos políticos ou coligações, tendo em vista a plena liberdade de informação jornalística estabelecida na Constituição e a vedação de toda e qualquer censura de natureza ideológica ou política;

b) () em bens particulares, inclusive mediante outdoors, não está sujeita a qualquer restrição legal ou controle pela Justiça Eleitoral;

c) () no rádio e na televisão, restringe-se ao horário gratuito, na forma da lei, vedada a veiculação de propaganda paga;

d) () nas hipóteses de imagens ou afirmações caluniosas, injuriosas, difamatórias ou sabidamente inverídicas, difundidas por quaisquer veículos de comunicação social, confere aos candidatos, partidos políticos ou coligações atingidos, no prazo máximo de quarenta e oito horas, direito de resposta, com maior destaque na imprensa escrita e por tempo computado em dobro, relativamente à duração da ofensa no rádio e na televisão.

89. O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL:

a) () exerce suas funções perante os órgãos da Justiça Eleitoral, incumbindo-lhe precipuamente oficiar nas causas de sua competência, representar sobre a fiel observância da legislação eleitoral e partidária e promover a ação penal pública nos casos de crimes eleitorais;

b) () é constituído por membros do Ministério Público Federal, que oficiam perante a Justiça Eleitoral em todo o País, inclusive perante Juizes e Juntas Eleitorais nas Comarcas do Interior;

c) () perante o Tribunal Superior Eleitoral, é representado pelo Procurador-Geral Eleitoral, que é o Procurador-Geral da República e, junto aos Tribunais Regionais Eleitorais nos Estados, oficiam os Procuradores-Gerais de Justiça;

d) () é composto de membros do Ministério Público Federal e Estadual, que somente podem exercer as funções eleitorais após aprovação em concurso público de provas e títulos, promovido pela Justiça Eleitoral.

90. OS CRIMES ELEITORAIS, DEFINIDOS NO CÓDIGO ELEITORAL:

a) () são processados e julgados sempre pela Justiça Eleitoral;

b) () são crimes de ação penal pública;

c) () são crimes de ação penal privada, conforme o interesse dos candidatos ofendidos ou dos respectivos Partidos Políticos;

d) () se praticados por Governadores de Estados, Deputados Federais e Senadores, são processados e julgados pelo Tribunal Superior Eleitoral.

91. J APROPRIA-SE DA IMPORTÂNCIA PELA QUAL DEVERIA VELAR, EM RAZÃO DO CARGO. TÃO LOGO AJUIZADA A DENÚNCIA, EM SUA RESPOSTA PRÉVIA, PROVA A COMPLETA DEVOLUÇÃO AOS COFRES PÚBLICOS DO QUE ALCANÇARA.

a) () Só no peculato culposo a reparação do dano ganha relevo penal;

b) () No caso - peculato doloso -, é possível cogitar-se de arrependimento posterior;

c) () No peculato doloso, a situação descrita de sorte alguma favorecerá J;

d) () J deve demonstrar que a reparação promovida espelha motivo idôneo.

92. H, EMPRESÁRIO, ACEITOU IMPORTÂNCIA PARA QUE EMPRESA PRIVADA DE ENGENHARIA, A "X", GANHASSE LICITAÇÃO, PROMOVIDA PELA PETROBRÁS. H ASSEVEROU, A QUEM LHE PAGARA, QUE TINHA ÓTIMAS RELAÇÕES COM Y E ESTE HAVERIA DE ENUNCIAR PARECER TÉCNICO, A CONTEMPLAR A PRETENSÃO DA "X".

- a) O fato é atípico, porque a conduta de H volta-se contra servidor de sociedade de economia mista;
- b) O caso evidencia delito de corrupção passiva, dada a amplitude do conceito de servidor público, combinado com o artigo 30 do Código Penal;
- c) Tem-se diante influência;
- f) O caso evidencia o crime do artigo 321 do Código Penal, dada a amplitude do conceito de servidor público.

93. O FAZENDEIRO H E SURPREENDIDO POR FISCAIS DA D.R.T., MANTENDO TRABALHADORES RURAIS EM TRABALHO DE SOL A SOL, COM BREVE DESCANSO, NO PERÍODO - IO MINUTOS -, PARA DIGERIR POUCA RAÇÃO, QUE DOS MESMOS COBRA, IMPEDINDO-OS DE SAIR DO LOCAL DE TRABALHO. OUVIDOS, OS EMPREGADOS CONSENTEM COM ESTA SITUAÇÃO, QUE, DIZEM, ASSUMIRAM A QUE NÃO FICASSEM DESEMPREGADOS.

- a) Há cárcere privado;
- b) Há redução à condição análoga à de escravo;
- c) O consentimento dos ofendidos impede a caracterização de ilícito contra a liberdade;
- d) Por estar o ilícito previsto em Tratado, ainda que pendente da aprovação parlamentar, cabe seja reconhecido como crime.

94. T, LIGADO AO RAMO DE EXPORTAÇÃO, FORJA DOCUMENTAÇÃO. A DAR POR PERMITIDO O ENVIO AO EXTERIOR DE MERCADORIA, NA VERDADE. PROIBIDA.

- a) Há delito único de contrabando, incidente o princípio da consunção, a resolver o conflito aparente de normas;
- b) Há concurso material de crimes;
- c) Há concurso formal de crimes;
- d) Há delito único de falso material, pois o evento que se segue - contrabando - bem pode ser tido como "fato posterior não punível".

95. X, APRESENTANDO DECLARAÇÕES SUBSCRITAS POR TERCEIROS, QUE ESTAMPAM TEREM OS MESMOS RECEBIDO DE P BENS NO PERÍODO ELEITORAL, REPRESENTA, CRIMINALMENTE, CONTRA J FICA DEMONSTRADO QUE X, POR PRIMEIRO, COLHERA AS ASSINATURAS DE TERCEIROS, PESSOAS SIMPLES, PARA DEPOIS, NA FOLHA EM BRANCO, INSERIR INEXATO CONTEÚDO.

- a) Há crime único de falsidade material, definido no Código Eleitoral;
- b) Há crime de falso ideológico, definido no Código Eleitoral, combinado com o delito de denúncia caluniosa;
- c) O crime de denúncia queda absorvido pelo falso ideológico, como definido no artigo 299 do Código Penal;
- d) Há crime de falso ideológico e uso de documento falsificado, como definidos no Código Eleitoral, combinado com o delito de denúncia caluniosa.

96. H RECEBEU DETERMINADO FINANCIAMENTO DO BANCO DO BRASIL PARA CUSTEIO DA LAVOURA DE SOJA. DO MONTANTE RECEBIDO, NO DIA SEGUINTE, H EMITE CHEQUE PARA BENEFICIAR C, SEU CREDOR. ANTES DE ENCERRAR-SE A INSTÂNCIA DE CONHECIMENTO, H DEVOLVE O NUMERÁRIO RECEBIDO AO BANCO DO BRASIL, EFETUADA A CORREÇÃO MONETÁRIA.

- a) Há o crime previsto no artigo 20, da Lei 7492;
- b) Há o crime previsto no artigo 171, do Código Penal;
- c) Se caracterizada a operação como de financiamento de crédito comum, e não de crédito rural, não há ilícito criminal;
- d) O pagamento da verba desviada extingue a punibilidade da infração.

97. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL QUE, EM ACIDENTE DE TRÂNSITO, MENOSPREZA O FATO DA DIREÇÃO SEM HABILITAÇÃO (ARTIGO 309, C.T.B.), QUANDO NÃO HAJA REPRESENTAÇÃO DO OFENDIDO, QUE LESÕES SOFREU (ARTIGO 303, C.T.B.).

- a) E porque reconhece concurso aparente de normas, resolvido pela subsidiariedade explícita;
- b) E porque reconhece concurso aparente de normas, resolvido pela subsidiariedade tácita;
- c) É porque reconhece conflito aparente de normas em situação de minus a plus;
- d) E porque reconhece conflito aparente de normas em situação de espécie a gênero.

98. X É CONDENADO POR FATO, CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO, QUE POSTERIORMENTE PERDE DETERMINADA NATUREZA, SUBSISTINDO, TODAVIA, POR NATUREZA DIVERSA.

- a) A condenação sofrida subsiste;
- b) A condenação sofrida não subsiste, preservado, todavia, ao Ministério Público o direito de persecução ante novo enquadramento;
- c) Tem-se diante abolido criminis;
- d) Em caso de abolitio criminis, o dever de indenizar, pelo cometimento do fato criminoso, perdura em seu caráter consequência!.

99. A LEI PENAL EM PERÍODO DE VACATIO LEGIS.

- a) Não pode ser revogada, quando mais favorável ao infrator;
- b) Nunca pode ser revogada, dentro desse período;
- c) Pode ser revogada dentro do período da vacatio legis;
- d) Sua revogação só acontece quando cessado o período da vacatio legis.

100. EM TEMA DA LEI TEMPORÁRIA:

- a) O artigo 3º, em princípio, não se aplica à norma penal em branco, quando substituído o ato administrativo por outro mais benéfico ao infrator;
- b) O artigo 3º permanece incidindo, mesmo que haja modificação substancial, ocasionada pela norma de integração no tipo penal;
- c) O artigo 3º não se compatibiliza com a retroação in melius da lei penal;
- d) O artigo 3º não incide, quando a norma de integração cria situação permanente, insuscetível de modificar-se por circunstâncias temporárias ou excepcionais.

101. AUXILIAR DE OFÍCIO DE REGISTRO, QUE INSERE DADOS FALSOS EM REGISTROS CARTORÁRIOS DE QUE CUIDA, PARA QUE SEU IRMÃO, FAZENDEIRO, TENHA AUMENTADA GLEBA RURAL, PARA FINS DE VENDA A TERCEIROS, COMETE:

- a) Os crimes de inserção de dados falsos no sistema de informações, condescendência criminosa e estelionato;
- b) Os crimes de inserção de dados falsos em sistema de informações, prevaricação e estelionato;
- c) Os crimes de inserção de dados falsos em sistema de informação e prevaricação;
- d) Os crimes de prevaricação e estelionato, porque ao auxiliar de ofício de registro não se aplica o artigo 327 do Código Penal.

102. A, DEPUTADO FEDERAL, EXERCENDO A FUNÇÃO DE SECRETÁRIO DE ESTADO, CAUSA ACIDENTE DE TRÂNSITO, DE QUE RESULTA MORTE.

- a) A está ao abrigo da imunidade material;
- b) A está ao abrigo da imunidade formal;
- c) A não pode invocar qualquer situação de imunidade;
- d) A, reassumindo o mandato, se já recebida judicialmente a acusação, não pode invocar qualquer situação de imunidade.

103. J VENDE SAFRA DE Y, PENHORADA, PARA QUITAR EMPRÉSTIMO TOMADO EM BANCO OFICIAL.

- a) J dispõe da coisa alheia como própria;
- b) J defrauda penhor;
- c) Se J, com base legal, acorda, posteriormente com o credor o alargamento do prazo de pagamento não há crime;
- d) J frauda na entrega de coisa.

104. J SUBTRAI IMPORTÂNCIA DE X, DESATENTO, EM ÔNIBUS COLETIVO, EM QUE TODOS SÃO PASSAGEIROS E, EM SEGUIDA, A ATEMORIZAR H E Y, DE COMPLEIÇÃO FÍSICA MAIS A VANTAJADA QUE ELE, SACA DE ARMA, DESTES SUBTRAINDO UM RELÓGIO DE H E DE Y CORDÃO DE OURO.

- a) () Há roubo continuado, restando absorvido o furto em relação a X;
- b) () Há roubo continuado em concurso material com o furto;
- c) () Há roubos em concurso formal e em concurso material com o furto;
- d) () Há furto em continuação delitiva com roubos em concurso formal.

105. O EMPRESÁRIO T DEIXA REITERADAMENTE DE REPASSAR À PREVIDÊNCIA SOCIAL CONTRIBUIÇÕES RECOLHIDAS.

- a) () O crime é omissivo puro;
- b) () O crime é comissivo por omissão;
- c) () O crime é instantâneo de efeitos permanentes;
- d) () O pagamento do devido, antes do ajuizamento da denúncia, é causa extintiva da punibilidade.

106. O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DECIDE, EM RECLAMAÇÃO, POR SUA COMPETÊNCIA, EM PARTE, A PROCESSAR DETERMINADO EVENTO, CONFERINDO, SI ET IN QUANTUM, COMPETÊNCIA DA JURISDIÇÃO DE 1º GRAU A OUTRO FATO, POR AINDA NÃO VISLUMBRAR FENÔMENO CONECTIVO. JULGANDO HABEAS-CORPUS, COLEGIADO DE 2º GRAU DIZ DA INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO DE 1º GRAU.

- a) () a decisão é acertada, dado o caráter precário da fixação da competência pela Suprema Corte, revelado na expressão si et in quantum;
- b) () cabe nova Reclamação, a assegurar a decisão na Reclamação precedente;
- c) () não cabe Reclamação da Reclamação;
- d) () basta simples petição ao Relator da primeira Reclamação, a que garanta o que nela decidido.

107. O PROCURADOR DA REPÚBLICA Y DESISTE DO DEPOIMENTO DE TESTEMUNHA, QUE ARROLARA COM A CLÁUSULA DE IMPRESCINDIBILIDADE.

- a) () não há testemunhas das partes no processo penal brasileiro, mas testemunhas do processo, daí porque imperiosa a audiência da defesa;
- b) () prescinde-se sempre da audiência da defesa em situações que tais;
- c) () a cláusula de imprescindibilidade aplica-se a qualquer rito processual;
- d) () a cláusula da imprescindibilidade autoriza a inquirição pelo Juízo deprecado.

108. O ADVOGADO Y É CONVOCADO A PRESTAR DEPOIMENTO EM COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO.

- a) () seu questionamento deve cingir-se ao fato motivador, não cabendo indagações sobre situações colaterais, ainda que a repercutir no fato principal;
- b) () fixada por prazo certo e ultrapassado este, mesmo assim o advogado convocado, por intimação, deve comparecer à C.P.I.;
- c) () a intimação para comparecer e prestar declarações viola direito do advogado;
- d) () o advogado, intimado como testemunha, não tem obrigação de atender à convocação.

109. O PROCURADOR DA REPÚBLICA Z NÃO RECORRE DE DECISÃO ABSOLUTÓRIA. PROCURADOR DO INSS, QUE SE HABILITARA COMO ASSISTENTE, MANIFESTA RECURSO DE APELAÇÃO, OBJETIVANDO EXASPERAÇÃO NA PENA IMPOSTA.

- a) () a pessoa jurídica de direito público pode assistir o Ministério Público;
- b) () a pessoa jurídica de direito público não pode assistir o Ministério Público;
- c) () o assistente, na motivação que deduziu à apelação, quer resguardar seu direito à indenização;
- d) () o assistente tem compromisso com o princípio do livre convencimento judicial e também com o princípio da busca da verdade real.

110. B, EX-P REFEITO MUNICIPAL, É ACUSADO POR PROCURADOR REGIONAL DA REPÚBLICA DE DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL. EMANADA DE JUIZ FEDERAL, QUANDO EXERCIA O CARGO.

- a) () o § 2º, do artigo 1º, do D.L. 201/67 foi revogado pela Lei 7204/84, daí porque tal fundamento impede a inabilitação temporária para o exercício do cargo;
- b) () é impossível a instauração da pretensão punitiva à luz do D.L. 201/67, quando o Prefeito teve seu mandato extinto pelo decurso temporal, remanescendo, no caso, a viabilidade persecutória à luz da legislação processual penal codificada;
- c) () há ilegitimatio ad causam na situação apresentada, sob a ótica da apresentação processual;
- d) () todas as opções apresentadas estão corretas.

111. O PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA AJUIZA DENÚNCIA CONTRA PARLAMENTAR, DESTITUÍDA DE JUSTA CAUSA

- a) () não cabe à Suprema Corte precedência no exame de admissibilidade da ação penal, devendo o Relator do feito, incontinenter, e encaminhando cópia da denúncia, solicitar autorização da Casa Legislativa respectiva;
- b) () o termo a quo à interrupção do prazo prescricional, em casos que tais, conta-se da data do envio do ofício de solicitação, subscrito pelo Relator;
- c) () a Suprema Corte legitima-se ao exame precedente da admissibilidade da ação penal;
- d) () o termo a quo à interrupção do prazo prescricional, em casos que tais, conta-se da data de recebimento efetivo, pelo Parlamentar-Relator na Comissão de Constituição e Justiça, do pedido de licença, e não da entrada, no protocolo da Casa Legislativa, do ofício do Relator para o feito criminal.

112. O ACUSADO Y, APÓS TER COMPARECIDO E PRESTADO DECLARAÇÕES - INTERROGATÓRIO - NA FASE INVESTIGATÓRIA, NEGA-SE A PARTICIPAR DE AUTO DE ACAREAÇÃO, INVOCANDO O PRINCÍPIO NEMO TENETUR SE DETEGERE

- a) () a postura do acusado Y tem amparo no aludido princípio;
- b) () dito princípio é restrito aos atos de interrogatório;
- c) () no inquérito policial, o investigado não é sujeito de direitos processuais;
- d) () em situações como a enunciada, o investigado não pode negar-se a participar do auto de acareação

113. O QUERELANTE Y AJUIZA QUEIXA-CRIME, DENTRO DO PRAZO, MAS PERANTE JUÍZO INCOMPETENTE RATIONE LOCI REALÇADO O VÍCIO, NOVA QUEIXA É AJUIZADA, TODAVIA ULTRAPASSANDO O PRAZO DECADENCIAL, NO MOMENTO DO AJUIZAMENTO.

- a) () não há decadência por importar a data da manifestação de vontade;
- b) () há decadência porque importa, a que tanto se reconheça, a formação da instância de conhecimento válida;
- c) () não há decadência, visto que a nulidade, no caso relativa, sana o vício;
- d) () há decadência porque o que se faz em Juízo incompetente é como se não tivesse sido feito.

114. O PROMOTOR DE JUSTIÇA G, ALÉM DE DENUNCIAR PESSOA NÃO CONSTANTE DA "DELATIO CRIMINIS", QUE LHE FOI ENTREGUE À PERSECUÇÃO DE DELITO DE CORRUPÇÃO PASSIVA, APODITICAMENTE AFIRMA QUE, POR TER SIDO DETERMINADO IMÓVEL DE ENTIDADE ESTATAL ALIENADO POR PREÇO INFERIOR AO SEU VALOR REAL, "EM CASOS QUE TAIS É CERTO O PAGAMENTO DE PROPINÁS".

- a) () o Promotor de Justiça G não pode ofertar denúncia para alcançar pessoa não mencionada na representação, pena violar-se, como no caso, a sistemática da ação penal pública condicionada: ilegitimatio passiva ad causam;
- b) () a denúncia é inepta, por descrição incompleta dos fatos;
- c) () a denúncia é escoreita;
- d) () há falta de justa causa, por ausência de tipicidade no fato descrito.

115. DECORRE DO SISTEMA ACUSATÓRIO:

- a) () a capacidade investigatória do Ministério Público;
- b) () o princípio do Promotor Natural;
- c) () a limitação, no ato do acusar, aos termos da representação do ofendido, quando esta é condição de procedibilidade;
- d) () todas as opções estão corretas.

116. O JUIZ FEDERAL Z, AO RECEBER QUEIXA-CR1ME FORMULADA POR SERVIDOR H, DO IBAMA, QUE SE SENTIU DIFAMADO POR J, QUANDO ESTE DISSE QUE H MATARA A ESPOSA, POR QUESTÃO DE HERANÇA, DESCLASSIFICA A INFRAÇÃO PENAL PARA CALÚNIA.

- a) () o ato judicial de desclassificação, no que acontece, é incensurável;
- b) () tratando-se de servidor público impunha-se a representação a que agisse o Ministério Público;
- c) () a Justiça federal é incompetente a exame da controvérsia;
- d) () em situações que tais é possível o contraditório prévio.

117. EM TERMOS DE DENÚNCIA:

- a) () nos crimes multitudinários, não se admite a narração fática genérica da conduta dos agentes;
- b) () sentenciado o réu, não cabe seja argüida a presença de defeitos formais na denúncia;
- c) () sentenciado o réu, não se admite a argüição de falta de justa causa ao ato acusatório;
- d) () não cabe, após o recebimento da denúncia, promoção do Ministério Público à feitura de diligências.

118. EM TEMA DE CITAÇÃO:

- a) () O artigo 366 é norma exclusivamente processual de natureza mista
- b) () o artigo 366, em sua literalidade, dispendo sobre a suspensão do curso do prazo prescricional fê-lo adequadamente;
- c) () não se compatibiliza com a hipótese de decretação da prisão preventiva, motivada por conveniência da instrução criminal, por temer-se conduta de acusado a desestabilizá-la;
- d) () todas as opções estão corretas.

119. EM TEMA DE COMPETÊNCIA:

- a) () o concurso material de crimes não enseja o simultaneus processas;
- b) () não se aplica ao processo penal brasileiro a perpetuado jurisdictionis;
- c) () no crime doloso contra a vida, em que se reconhece a continência processual, a competência funcional quebra a regra da unidade do processo e julgamento;
- d) () secretário de Estado acusado da prática de crime eleitoral é julgado pelo Tribunal de Justiça.

120. EM TEMA DE ARQUIVAMENTO DE INQUÉRITO POLICIAL:

- a) () o arquivamento implícito impede o dê s arquivamento dos autos da investigação;
- b) () o membro do Ministério Público, designado pelo Procurador-Geral, ou pelo órgão colegiada que detenha tal atribuição, para denunciar, pode negar-se a fazê-lo, invocando o princípio constitucional da independência funcional;
- c) () o ato judicial, em tal procedimento, é decisório;
- d) () o membro do Ministério Público, designado à denúncia, não se limita à extensão do decidido pelo Procurador-Geral, ou pelo órgão colegiada que detenha tal atribuição.

Gabarito

1.	B	2.	A	3.	D	4.	A	5.	B	6.	D	7.	B	8.	C	9.	B	10.	C
11.	D	12.	D	13.	C	14.	A	15.	B	16.	C	17.	D	18.	C	19.	N	20.	C
21.	C	22.	B	23.	D	24.	D	25.	C	26.	A	27.	N	28.	D	29.	C	30.	C
31.	D	32.	A	33.	D	34.	D	35.	B	36.	D	37.	B	38.	C	39.	D	40.	C
41.	B	42.	B	43.	D	44.	C	45.	N	46.	A	47.	C	48.	D	49.	A	50.	B
51.	C	52.	B	53.	C	54.	D	55.	B	56.	A	57.	B	58.	D	59.	A	60.	D
61.	B	62.	C	63.	C	64.	D	65.	N	66.	B	67.	C	68.	A	69.	D	70.	B
71.	C	72.	A	73.	C	74.	B	75.	D	76.	D	77.	B	78.	A	79.	C	80.	B
81.	B	82.	C	83.	D	84.	D	85.	B	86.	A	87.	C	88.	C	89.	A	90.	B
91.	A	92.	C	93.	B	94.	C	95.	B	96.	A	97.	C	98.	A	99.	C	100.	D
101.	C	102.	C	103.	A	104.	C	105.	A	106.	B	107.	B	108.	B	109.	A	110.	C
111.	C	112.	D	113.	A	114.	D	115.	A	116.	C	117.	B	118.	C	119.	C	120.	D